



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CLARICE MARIA MOSSON

**EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: TEMPOS E ESPAÇOS** - consolidação das  
escolas e dualidade administrativa

MATINHOS

2018

CLARICE MARIA MOSSON

EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: TEMPOS E ESPAÇOS - CONSOLIDAÇÃO DAS ESCOLAS E  
DUALIDADE ADMINISTRATIVA

O artigo apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, Setor de Litoral, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão.

Orientador(a): Prof(a).Silvana Cassia Hoeller

MATINHOS

2018

## **RESUMO**

A proposta desse trabalho tem como objetivo fazer um resgate histórico do surgimento da Escola do Campo Municipal Professora Andréa Maria Scherreier Dias, no município de Araucária, 1949, apontando as modificações ocorridas com o processo da consolidação das escolas rurais, tendo como uma das consequências dessa ação a dualidade administrativa, onde atualmente a maioria das estruturas das Escolas do Campo são utilizadas também por Colégios Estaduais. Para isso buscou-se fazer uma revisão bibliográfica fundamentada em autores como Boschilia (Coleção História de Araucária) e Tibucheski. O resultado deste trabalho procura mostrar como a trajetória dessa escola no município é importante para que se constitua uma educação do e no campo, buscando um sentimento de pertença que faça com que as pessoas queiram continuar em seu lugar.

**PALAVRAS-CHAVE:** escola, consolidação, rural

## **INTRODUÇÃO**

Considerando que a escola ocupa um lugar central na identidade dos sujeitos que vivem no campo, buscamos entender o que levou à consolidação das escolas rurais do Município de Araucária e quais foram as consequências dessa consolidação e por que atualmente a maioria das estruturas das escolas do Campo são utilizadas também por Colégios Estaduais, funcionando em dualidade administrativa.

Assim, com o objetivo de compreender como se dá atualmente a Educação do Campo em Araucária, a proposta desse trabalho é fazer um resgate histórico do surgimento da Escola do Campo Municipal Professora Andréa Maria Scherreier Dias em nosso município, relatando as modificações ocorridas na escola com esse processo que resultou na consolidação das escolas rurais. Conforme conhecemos a história, entendemos as mudanças que aconteceram nas escolas no decorrer do tempo e podemos buscar a efetivação da educação do campo.

Realizou-se, portanto, uma revisão bibliográfica fundamentada em autores como Boschilia (Coleção História de Araucária) e Tibucheski, pois foram os poucos registros encontrados sobre o assunto tratado.

## **EDUCAÇÃO EM ARAUCÁRIA**

Recuando no tempo, observamos que a Constituição de 1824 menciona a educação pública garantindo “a instrução primária, e gratuita a todos os cidadãos”. (ARAUCÁRIA, 2010, p.8). Então no ano de 1846, temos o marco do início da escola em nosso município decorrente da Lei Provincial nº 34:

Como os primeiros documentos sobre educação em Araucária aparecem justamente neste período é bastante provável que a criação da primeira escola pública na região de Tindiquera tenha ocorrido a partir da Lei Provincial nº. 34, cujo Artigo 3º. Que previa o estabelecimento de “escolas públicas de instrução primária em todas as cidades e vilas; e nas outras povoações que, atento ao número da população reunida, julgar em circunstâncias apropriadas, sujeitando a aprovação da assembléia” (ARAUCÁRIA, 2010, p. 9).

Como as leis em vigência não mencionavam a obrigatoriedade do ensino e a “cadeira de primeiras letras” - vaga para professores - continuava por longos períodos de tempo sem serem preenchidas, os pais não se preocupavam em mandar seus filhos à escola. Somando-se a essa dificuldade, fatores como trabalho e a pobreza, também colaboravam com a baixa assiduidade dos alunos às aulas. “O trabalho na lavoura era a causa do abandono nas escolas públicas, principalmente nos períodos de safra.” (TIBUCHESKI, 2011, p.46).

A situação educacional em Araucária começa a se modificar com a vinda dos imigrantes europeus poloneses, em meados de 1870, trazendo vários elementos culturais dos quais destacamos a religião e a língua de origem. Eles acreditavam que os filhos poderiam ter uma vida melhor por meio da escolarização, e em decorrência desta o entendimento das palavras sagradas. Esses povos imigrantes começaram a pressionar o governo com o objetivo da instalação de escolas públicas na região em que se instalaram. “Porém, apesar de em 1880 as autoridades locais estimados o número de crianças sem escolas nas comunidades de 400 (quatrocentas), nenhuma medida foi tomada.” (TIBUCHESKI, 2011, p.46). Entendendo que governo não tinha interesse em resolver o problema da falta de escolas, os imigrantes assumiram a iniciativa de manter suas tradições e religiosidade, proporcionando sua própria formação com a fundação de suas próprias escolas:

Foram fundadas diversas Escola-Sociedade nos arredores da freguesia do Iguazu e a partir de 1890, no município de Araucária. Segundo Romão Wachowicz (1975) "funcionaram em Araucária, em caráter particular, em diversas épocas [...] cerca de 12 (doze) escolas familiares em língua polonesa". Além destas existiram também outras, como a de Mato Dentro, criada posteriormente graças aos esforços do "comerciante Antônio Peca, que ofereceu a sua tulha para a instalação de uma escola". (TIBUCHESKI, 2011, p.47)

Com a ausência de atendimento pelo poder público os imigrantes criaram escolas particulares, havia o incentivo para que fossem abertas sociedades - escola em toda a província, devido “a impossibilidade do governo em abrir e manter o ensino das primeiras letras”. (ARAUCÁRIA, 2010, p.26). Essas escolas mais tarde passariam a ser subvencionadas pelo governo. Em novembro de 1887 funcionavam quatro novas escolas, além da que existia na Freguesia:

Em Tomaz Coelho, onde funcionavam duas escolas, havia 52 alunos frequentando as aulas e destes, 36 eram do gênero feminino. Na sede da Freguesia o número de meninas era baixo, e nas localidades de Rio Abaixo e Tietê elas não estavam presentes. (ARAUCÁRIA, 2010, p.27)

Cabe ressaltar que essas cinco escolas eram regidas por três homens e duas mulheres que atuavam como docentes, dos quais somente um tinha nome estrangeiro. “A presença majoritária de professores brasileiros nas escolas subvencionadas se explica na medida em que a condição imposta pelo governo para conceder a subvenção era que o ensino fosse feito em língua portuguesa”. (ARAUCÁRIA, 2010, p.27)

De acordo com ARAUCÁRIA (2010), em dezembro do ano de 1894, o prefeito do município solicitava ao governador do Estado que fossem construídas duas escolas, em Campo Redondo e Mariano Torres (Ipiranga), localidades rurais de Araucária, e em 1895 existiam quatro escolas públicas, duas para atender exclusivamente ao sexo masculino e as outras duas promíscuas (formada por alunos de ambos os sexos), já em 1906 as escolas públicas do município contavam com um total de 256 alunos matriculados, dos quais a ampla maioria era composta pelos meninos, em torno de 168.

Mais tarde a instrução pública passaria por reformulações:

Com a reforma de instrução pública, em 1913, as escolas promíscuas passaram a denominar-se mistas. Nessa época, existiam no município de Araucária 364 alunos atendidos por escolas públicas e 73 atendidos por escolas particulares subvencionadas. No entanto, no ano seguinte, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o número de alunos das escolas subvencionadas subiu para 102 (cento e dois), enquanto o número de alunos das escolas públicas teve um acréscimo de apenas 13 alunos (ARAUCÁRIA, 2010, p.32)

No ano seguinte, "a inspeção determinou, em nome da nacionalização, o fechamento das escolas nas quais a língua nacional era desconhecida" (ARAUCÁRIA, 2010, p.41), existiam em torno de 500 alunos com matrícula nas escolas do município

nessa época, e as escolas subvencionadas foram fechadas ou transferidas completamente para o governo:

No início da década de 1920 existiam em Araucária 20 escolas isoladas, das quais 16 eram estaduais e 4 subvencionadas pelo governo federal. Em 1921, dezenove professoras e um professor atendiam um total de 490 alunos, embora o número de matrículas chegasse a 800 crianças. (ARAUCÁRIA,2010, p.65)

Em 1925 eram 21 escolas isoladas no município,10 subvencionadas pelo governo (federal ou estadual), das quais “seis delas eram regidas por professores efetivos, duas por normalistas e outras duas por professoras nomeadas provisoriamente pois não possuíam habilitação para prestar concurso público”. (TIBUCHESKI, 2011, p.51).

Nos anos de 1924 e 1925 o município atendia mais de 1.000 alunos, mas a quantidade de escolas ainda era insuficiente. “Uma das principais causas dessa insuficiência, além do crescimento da população, ocorreu em consequência do processo de nacionalização desenvolvido a partir da Primeira Guerra Mundial”. (ARAUCÁRIA, 2010, p.72)

Mais tarde os estabelecimentos escolares do município são padronizados de acordo com a lei e as escolas da área rural passam a ser conhecidas como escolas isoladas e vistas como atrasadas:

Com o Decreto-Lei nº. 8.529/46, houve a padronização dos estabelecimentos que se daria conforme o seu espaço físico, a sua localização física, hierarquizando a escola urbana conforme o número de classes. A escola rural é anexada ao sistema escolar urbano, seguindo, na medida em que a sociedade evoluía, os moldes urbanos. A partir daí a escola rural fica sendo conhecida como sinônimo de escola isolada, a escola multisseriada e unidocente, vista por muitos como um sinal de atraso, de um espaço parado no tempo. (TIBUCHESKI, 2011, p. 73)

Essa denominação de escola isolada deixa de ser utilizada a partir do Decreto-Lei nº. 5.692/71, passando a se chamar Escola Rural Municipal, que segundo a pesquisadora:

Mesmo com as mudanças de nome previsto em decreto-lei, para as comunidades rurais estas escolas continuaram a ser suas “escolinhas”,

pois segundo o entendimento dos entrevistados as mudanças pouco foram percebidas com a simples mudança de nome, ou seja, poucas coisas mudaram com a denominação de escolas isoladas ou escola rural municipal. (TIBUCHESKI, 2011, p.110)

Outro ponto importante a destacar foi que a partir dos anos 70, com o desenvolvimento industrial de Araucária houve o aumento significativo da população, os censos demográficos de 1970 e 1980 revelam que esta população dobrou somente em uma década, aumentando de 17.117 para 34.799 habitantes. Com esse acelerado crescimento fez-se necessário a criação de um número maior de escolas e a contratação de mais professores. Nesse período histórico a prefeitura era responsável pelo funcionamento de 12 escolas, já em 1980 eram “32 escolas municipais, 21 escolas estaduais e duas particulares”. (ARAUCÁRIA, 2010, p.102)

Conforme aumentou o número de indústrias em 1970, houve em consequência disso a diminuição da população da área rural. “Na década de 1970 a população rural representava 68% do município. No final da década de 1980, essa mesma população representava apenas 9% dos habitantes. (ARAUCÁRIA, 2010, p.105)

## **O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO**

Com essa diminuição da população do campo, surge então a necessidade de reorganizar a educação de Araucária, o governo do município naquela época optou pelo reagrupamento de várias escolas. Conforme informações encontradas em ARAUCÁRIA (2010), nesse processo aconteceu a extinção de nove escolas rurais, foram desativadas oito escolas em consequência do reagrupamento das escolas que apresentaram diminuição do número de estudantes.

Essa conformação das escolas rurais no município se mantém até o ano de 1992, quando surge uma proposta de melhoria dos serviços públicos prestados para a comunidade. Utilizando-se desse pretexto a prefeitura municipal de Araucária põe em prática o processo que fica conhecido como "consolidação das escolas rurais". Conforme relata a pesquisadora:

Desde a organização das escolas propostas pelo Estado Novo, com a criação de inúmeras escolas no Estado inteiro, em Araucária são construídas várias escolas rurais, que contemplam quarenta e uma (41) comunidades rurais. De acordo com a SMED, na medida em que o campo vai esvaziando o processo de consolidação é apresentado

como uma política de levar avanços ao campo, ao contrário do que se observava quando os sujeitos saíam do campo em busca de escolarização. (TIBUCHESKI, 2011, p.58)

Seguindo com essa proposta, no início do ano de 1992, o governo põe em prática a consolidação das escolas rurais do município, transferindo os estudantes:

(...)os alunos que frequentavam as escolas de Mato Branco, Guajuvira de Cima, Palmital, Campo Redondo e Campo Tomaz foram transferidos para a Escola Rural Municipal João Sperandio em Rio Abaixo; os alunos das escolas Colônia Ipiranga, Boa Vista Acima, Ipiranga, Camundá, Taquarova, Lagoa Suja, Formigueiro, Rio Abaixo, Campina das Pedras e General Lúcio passaram a ser atendido na Escola Rural Municipal Rosa Pichet, no Distrito de Guajuvira; enquanto os alunos das escolas de Mato Dentro, Lavra e Fundo do Campo foram transferidos para a Escola Rural Dom Pedro I, no Tietê, que em 1996 passa a se chamar Escola Rural Municipal Professora Andréa Maria Scherreier Dias, ficando as escolas desativadas, passam a ser consideradas extintas pela SEED.(TIBUCHESKI, 2011, p.55)

Cabe destacar aqui, que conforme informações do Departamento de Estrutura e Funcionamento da SMED (Secretaria Municipal de Educação) também passaram ser atendidas pela escola do Tietê as localidades da Fazendinha, Passa-Passa, Campina das Palmeiras e Capoeira Grande, totalizando sete escolas desativadas que tiveram seus estudantes transferidos para a Escola Andréa Dias.

Segundo o relato do secretário de educação na época, Arivonil Vieira, a reorganização das escolas rurais nasce de uma proposta que tinha como objetivo resolver as reivindicações antigas das comunidades, bem como melhorar a qualidade da educação de Araucária. Conforme as palavras do então secretário:

[...] A idéia da proposta da consolidação das escolas rurais nasceu a partir de um momento histórico. A de suprir as necessidades das comunidades rurais de cursar da 5ª à 8ª série do ensino fundamental, uma reivindicação antiga das comunidades. Assim, como também resolver os problemas imediatos como ofertar o transporte escolar para os alunos menores, da 1ª a 4ª série do ensino fundamental; suprir a constante falta de professores e a melhoria nos prédios escolares. AV (TIBUCHESKI,2011, p.130)

Com a decisão de fazer a consolidação, o secretário conseguiu o parecer favorável do prefeito e começou o processo. Conforme TIBUCHESKI (2011), foi uma decisão estrategicamente colocada de cima para baixo, que buscava evitar

resistências das comunidades, visto que esse processo poderia ser demorado, não chegando a um acordo em tempo hábil. Tinha como objetivo prover a falta de profissionais e aperfeiçoar a capacitação dos mesmos, visando assim avanços na qualidade da prática pedagógica.

Quanto ao transporte para viabilizar esse projeto, os alunos, os professores e também os funcionários, poderiam utilizar os ônibus que seriam contratados pela prefeitura para esta finalidade.

A Secretaria de Educação se comprometeu que estaria dando o suporte necessário para as escolas até que o funcionamento das mesmas estivesse acontecendo de acordo com o planejado, abrangendo também assessoramento pedagógico, enquanto durasse esse processo de transição. No entanto:

Na fala dos professores, eles foram somente comunicados. Foi imposta, portanto, uma mudança na organização das escolas rurais sem que houvesse nenhuma possibilidade de participação destes professores na elaboração da proposta, a qual já chegou pronta, faltando apenas o engajamento destes docentes para que esta fosse implementada. No entendimento do ex-secretário se isso tivesse ocorrido fatalmente o bem comum entraria em choque com o bem individual. Então, a solução encontrada foi a de evitar conversas com os vereadores, políticos locais, professores e pais, pois este debate levaria a uma negociação morosa a ponto de comprometer todo o remanejamento das escolas. (TIBUCHESKI, 2011, p.133)

Entretanto houveram reuniões para convencimento das comunidades, com o intuito apenas de informar sobre as mudanças que ocorreriam, não dando tempo para que as pessoas pudessem se organizar e discutir se essa mudança traria benefícios.

Da ideia da consolidação à prática foi o período de um mês, os argumentos usados para o convencimento das comunidades sobre os benefícios da consolidação, foi o de proporcionar aos alunos das escolas rurais oportunidades idênticas as dos estudantes da cidade, contando com uma escola que se igualaria às urbanas, em aparência e qualidade. Tal medida resultaria na homogeneização das escolas, acabando com as diferenças entre as escolas rurais e as da cidade, mudando a realidade precária daquelas escolas, tornando-as modernas.

Apesar da consolidação ser considerada um avanço pelo governo, as escolas do Capinzal e Lagoa Grande permaneceram fora do processo:

(...) apenas duas escolas ficaram de fora propositalmente, para demonstrar que não se tratava de aceitar como imposição ou por disputas políticas, foram mantidas fora do processo, como estratégia para não aumentar a polêmica. (TIBUCHESKI, 2011, p.138)

Com a análise dessas reuniões, o secretário Arivonil concluiu que “10% dos envolvidos ofereciam resistência, questionavam a proposta. Outros 10% apoiavam e aplaudiam. Mas 80% simplesmente ouviam e aceitavam, o que sugeria que não se importavam” (TIBUCHESKI, 2011, p.138). A fala do secretário de educação induzia a pensar que a maioria das pessoas das comunidades não estavam preocupadas com a educação de seus filhos.

Para viabilizar o projeto da consolidação, foi prevista a construção de uma nova sede que deveria iniciar de imediato, com diversas salas, onde as turmas multisseriadas passariam para a seriação, e poderiam contar com uma infraestrutura com quadras esportivas, laboratórios de ciências, cozinha e banheiros. Procurava-se dessa forma oferecer uma nova escola para poder atender a todos, moderna e atrativa como as escolas da cidade, conforme anunciado pelo poder público. Com o agrupamento em uma sede as “condições da merenda escolar seriam facilitadas, pois diminuiriam os pontos de distribuição. E também a limpeza e a manutenção dos equipamentos escolares seriam facilitadas” (TIBUCHESKI, 2011, p.143).

Cabe ressaltar ainda que a atenção da comunidade em relação a consolidação consistiu na implementação do sistema de transporte:

É como se fosse um ponto que todos conhecessem bem e tivessem condições de falar. Já com relação à questão do ensino, a comunidade acreditava que quem tinha que resolver eram os professores, pois se a proposta iria contribuir com a melhoria do ensino então eles é que deveriam entender mais do assunto, e como a maioria aderiu, não tinham, assim, uma opinião formada a respeito deste aspecto. Já com relação ao transporte e à segurança dos alunos todos se sentiam livres para opinar. Levando-se em conta que nenhuma das comunidades era servida por rota de ônibus para o transporte escolar, muita polêmica foi levantada sobre o assunto. (TIBUCHESKI, 2011, p.145)

Quando a oferta do transporte escolar se efetivou, a comunidade relata que melhorou o acesso dos estudantes à escola, mas também fazem referência ao funcionamento de alguns ônibus, que não apresentavam as condições necessárias para o transporte das crianças.

Todo esse processo que levou a consolidação das escolas rurais concluiu-se em 1996, “quando todas as escolas tinham o seu funcionamento segundo os moldes planejados, seguindo as novas diretrizes de funcionamento e organização” (TIBUCHESKI, 2011). Em relação à oferta das séries finais do Ensino Fundamental, não houve a imediata implantação em todas as escolas consolidadas, acontecendo de forma gradativa a partir de 1991.

Encerrado todo esse processo, aos professores restou apenas a tarefa de adaptação às novas regras, podiam agora ter momentos de planejamento coletivo surgido a partir da seriação, o que podemos considerar um avanço. Para as funcionárias, que estavam acostumadas a trabalhar sozinhas, houve a divisão de trabalho seguindo o modelo empregado nas escolas urbanas, e a gestão da escola consolidada, que teria o papel de apaziguar os ânimos, ficou assim estabelecida:

Na escolha dos novos diretores optou-se por escolher, entre as professoras, aquelas que não tivessem uma liderança na comunidade ou ainda que fossem de outra comunidade, porém, com notória eficiência técnica. Uma escolha de caráter técnico, mas também uma manobra para enfraquecer as resistências das oposições. Os novos diretores foram incumbidos de preparar as eleições diretas dos diretores, postura adotada para demonstrar uma disposição democrática da SMED, de forma a demonstrar que não havia desigualdade com relação às escolas da cidade e mudando o foco das críticas sobre a consolidação para a disputa do poder na comunidade escolar. (TIBUCHESKI,2011, p.149)

Quanto as crianças, passaram por um momento de conhecer as novidades, especialmente pela utilização do sistema de transporte, não andavam mais a pé. Tiveram que conviver com uma nova realidade na escola, construindo novos hábitos e relacionamentos. Aos poucos a comunidade escolar foi se adaptando a nova escola.

## **A ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANDRÉA...**

A Escola Rural Municipal Professora Andréa Maria Scherreier Dias passa por todo esse processo de consolidação no ano de 1994, com o desativamento das escolas próximas. Fundada em 1949, com o nome de Escola Isolada do Tietê, construída pelo governo estadual na época, iniciou seu atendimento como casa - escola na qual uma sala servia como ambiente escolar e a outra parte era para residência do professor. Na década de 1970 passa a ter a denominação de Escola Dom Pedro I. Em 1996, com a conclusão da construção do prédio novo, passa a ser denominada de Escola Rural Municipal Professora Andréa Maria Scherreier Dias, como uma homenagem a uma professora da rede municipal.

A implementação dos anos finais do Ensino Fundamental, uma das justificativas da necessidade da consolidação, tem início a partir de 1999, período em que a comunidade começa a contar com a oferta da 5ª a 8ª série, este sob responsabilidade do Estado através da então criada Escola Estadual Ana Maria Vernick Kava que mais tarde passa oferecer também o Ensino Médio passando a ter a denominação de Colégio. Criando assim um regime de “dualidade administrativa”, duas escolas utilizando o mesmo prédio, muitas vezes com encaminhamentos e realidades diversas, o que até atualmente gera muitos problemas de gestão e conservação do prédio público, pois não está claro qual é a participação de cada ente, estado e município, na manutenção desse espaço.

No ano de 2006 a Escola Andréa Dias começa a atender também os estudantes da localidade de Onças, da Escola Dom Pedro II, que funcionava até o ano anterior atendendo turmas multisseriadas e foi desativada pela redução do número de alunos.

Nesta Unidade Educacional a nova estrutura física, ampla e moderna como prometida pelo governo municipal, onde previa-se espaços diversos, como salas para laboratório de informática e biblioteca, foi se transformando apenas em salas de aula, para atendimento de todas essas comunidades e para que a implantação dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio fosse possível.

Em 2016, passa a denominar-se Escola do Campo Municipal Professora Andréa Maria Scherreier Dias.

Conforme dados do SERE de setembro de 2018, a Escola Andréa Dias atende 198 estudantes do Ensino Fundamental anos iniciais (1º ao 5º), com um quadro de 16 professoras. Já o Colégio Ana Kava atende em torno de 600 alunos do Ensino Fundamental anos finais (6º ao 9º) e Médio, abrangendo uma territorialidade ainda maior que da escola municipal.

Atualmente, no município de Araucária, as escolas que ainda atendem os anos finais do ensino fundamental sob responsabilidade municipal, estão passando por um processo gradativo de estadualização das turmas do 6º ao 9º ano.

## **DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com este trabalho foi realizado um estudo buscando a história da Escola Andréa Dias no município de Araucária, do processo que resultou na consolidação das escolas rurais, que teve como uma de suas consequências a dualidade administrativa.

Como pode-se constatar, a partir de 1991, de forma gradativa, as comunidades do campo passaram a ter acesso ao Ensino Fundamental e Médio no campo, não precisando mais se deslocar para a cidade, situação que muitas vezes impedia a continuidade da escolarização de muitos estudantes.

Ainda que a legislação esteja estabelecida, como o decreto nº 7.352/2010, considerando a oferta de escolarização para os povos do campo, podemos observar que as escolas situadas no campo continuam num processo de fechamento, com os estudantes transferidos para as escolas da cidade tendo que se adaptar a uma nova cultura.

Com a consolidação das escolas rurais do município, apesar da forma como se deu esse processo e das dificuldades ainda encontradas na efetivação da educação do campo, podemos concluir que tivemos avanços e ganhos para as comunidades do campo no que se refere aos sujeitos poderem acessar a escolarização no espaço onde vivem e produzem seus saberes e sua cultura.

Desse modo permite-se a formação da identidade territorial e certa autonomia e organização dessa população, a partir do pertencimento a uma comunidade do campo como sujeitos de direito.

Pensando a consolidação das escolas de nosso município, podemos perceber que mesmo permanecendo no campo, surgem problemas quanto a distância que muitos estudantes precisam percorrer, onde o transporte escolar muitas vezes não atende com qualidade, obrigando as crianças permanecerem muito tempo dentro dos ônibus para poderem frequentar a escola em outra comunidade do campo, passando em média uma hora nesse trajeto.

Outra dificuldade encontrada é o distanciamento das comunidades em relação a escola, muitos pais não conseguem chegar a escola pela falta de transporte que faça a conexão entre as comunidades do campo de Araucária, o que impede uma maior participação na vida escolar de seus filhos.

Em relação a dualidade administrativa, que existe a quase vinte anos, percebe-se muitos problemas na gestão de duas escolas que ocupam o mesmo espaço, o que dificulta o atendimento dos estudantes. A escola “ampla e moderna”, construída prevendo o atendimento com qualidade, agora não conta com sala disponível nem para biblioteca, todas se transformaram em salas de aula para atender a demanda. Outro problema é a ausência de uma regulamentação clara que estabeleça as responsabilidades dos entes envolvidos, município e estado, quanto a conservação e manutenção da infraestrutura do prédio. Há a necessidade que as escolas do campo atendam as comunidades com qualidade também nas suas estruturas físicas.

A trajetória da educação em Araucária aponta para a necessidade da valorização do cotidiano das populações do campo, pois o campo de nosso município é vasto, com realidades bem diversas e em constante movimento, para tanto precisamos “pensar a escola desde o seu lugar e os seus sujeitos, dialogando sempre com a realidade mais ampla e com as grandes questões da educação, da humanidade”. (CALDART,2004)

Apesar da Educação do Campo estar em discussão no município desde 2005, percebe-se ainda que a formação continuada para professores/as é de fundamental

importância para que ocorra a sua efetivação, através da luta por políticas públicas que tragam maior qualidade de vida para os sujeitos do campo, valorizando sua história e cultura.

## REFERÊNCIAS

CALDART, ROSELI SALETE **Por Uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção.** 2004

TIBUCHESKI, JAQUELINE KUGLER **Educação Rural no Município de Araucária/Pr: de escolas isoladas a escolas consolidadas.** Curitiba: Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação. UniversidadeTuiuti do Paraná – UTP. Curitiba, 2011.

\_\_\_\_\_. **Plano Municipal de Educação: Araucária construindo uma educação com qualidade social.** Araucária: Prefeitura Municipal de Araucária, 2008.

\_\_\_\_\_. **Mestres, alunos e escolas: a memória do ensino em Araucária.** Araucária: Prefeitura Municipal de Araucária. 122 p.; (Coleção História de Araucária,3), 2010.